

Protocolo 9- 48.785/2021

De: Camila S. - SMA - DEDA

Para: Representante: Monique Di Pietro de Oliveira - arq.emaprojetos@gmail.com

Data: 27/07/2021 às 14:58:53

Setores envolvidos:

SGA - DEPE, SMA - DEDA, SMA - DEFA, SMA - ADM - PROT, SPU - CGO - VC

Consulta de Viabilidade de Construção

Boa tarde,

Segue Parecer da Secretaria de Meio Ambiente.

Atenciosamente,

—

Camila Sardi de Lima

Analista Ambiental

Anexos:

48785_21_Monique_Di_Pietro_de_Oliveira_viab.pdf



CONSULTA DE VIABILIDADE

1. IDENTIFICAÇÃO

Protocolo nº: 48785/2021

Requerente: MONIQUE DI PIETRO DE OLIVEIRA.

CPF/CNPJ:

004.961.479-78

Solicitação: Consulta de Viabilidade para Construção

Endereço do imóvel: RUA AQUEDUTO (RODOVIA INTERBAIRROS) E AVENIDA PANORÂMICA Nº 290

DIC:

77414/28322

Zoneamento: ZACC II A - Zona de Ambiente Construído Consolidado de Média Densidade

ZAN I - Zona de Ambiente Natural de Ocupação Controlada

ZAN III - Zona de Ambiente Natural de Preservação Permanente

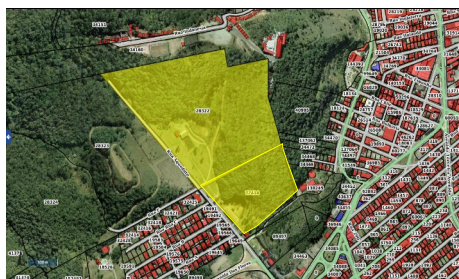


Imagem 01 - Localização (Geoprocessamento)



Imagem 02 - Identificação dos cursos d'água



Imagem 03 - Carta Geotécnica (UFSC)

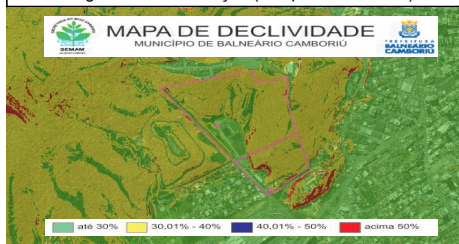


Imagem 04 - Mapa de declividade



Imagem 05 - Foto do local (Google Earth, 04/2021)

2. CARACTERÍSTICAS / OBSERVAÇÕES

• Verificou-se a existência de edificação em terreno com vegetação arbórea;

• **É proibido cortar e/ou podar vegetação sem a correspondente autorização dos órgãos ambientais competentes (SEMAM ou IMA);**

• **As árvores existentes no passeio público (calçada) deverão ser preservadas;**

• Esta Secretaria utiliza como fonte de consulta o Diagnóstico Socioambiental do Município, desenvolvido por equipe multidisciplinar com profissionais técnicos qualificados e Anotação de Responsabilidade Técnica, seguindo normas e diretrizes dos órgãos fiscalizadores - Imagem 02;

☞ **Conforme o Diagnóstico Socioambiental do Município, há na região um corpo hídrico.**

• Deve-se respeitar a Área de Preservação Permanente referente às faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura conforme Art.4º Inciso I da Lei Federal nº 12.651/12 (Código Florestal).

• Esta Secretaria utiliza como fonte de consulta as Cartas Geotécnicas de Aptidão à Urbanização frente aos Desastres Naturais desenvolvido pelo Ministério das Cidades, através da Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. (Disponível em: http://mapgeo.cfh.ufsc.br/balneario_camboriu/) - Imagem 03;

☞ De acordo com a Carta Geotécnica, parte da área se encontra em Zona de Baixa Aptidão à Urbanização, passível de: Deslizamentos naturais e/ou induzidos nas encostas, Alta suscetibilidade a inundações - com tempo de retorno inferior a 5 anos, Solapamento nas margens dos canais durante eventos pluviométricos intensos (temporais de verão). Desta maneira, recomenda-se a não aprovação de lotes para ocupação permanente nestas áreas.

☞ De acordo com a Carta Geotécnica, parte da área se encontra em Zona de Média Aptidão à Urbanização, passível de: possibilidade de ocorrência de deslizamentos naturais e/ou induzidos. Desta maneira, recomenda-se a aprovação de projeto condicionada à apresentação de projeto de estabilidade de taludes de edificação projetada, apoiado em sondagens de simples reconhecimento de subsolo, ensaios de cisalhamento direto e em análises de estabilidade, sempre que houver a previsão de cortes ou aterros com altura superior a 1,5 metros;

• Deve-se respeitar a área de **Preservação Permanente** referente à concentração de ecossistemas da Mata Atlântica em terrenos com declividade superior a 30% localizados em zoneamento ZAN-I ou ZAN-II, bem como as áreas localizadas em ZAN-III, determinado pelos Art. 143, 145 e 147 da Lei Municipal nº 2686/06, na qual não poderá ocorrer qualquer forma de ocupação para fins de habitação, atividades econômicas ou públicas que produzam impactos ao meio ambiente;

• Deve-se respeitar as restrições impostas pelos art. 30 e 31 da Lei nº 11428/06 - Lei da Mata Atlântica; e as Instruções Normativas 24 e 57 Instituto do Meio Ambiente – IMA/SC para a supressão de vegetação;

• Em Áreas de Preservação Permanente é proibida a construção de muros de alvenaria. Deve-se seguir modelo de cercamento disponibilizado pela SEMAM;

Assinado por 1 pessoa: CASSIA APARECIDA DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 9CAB-3DD9-109D-71CD

CONSULTA DE VIABILIDADE

3. IDENTIFICAÇÃO DOS EXEMPLARES ARBÓREOS EXISTENTES

- Existência de densa vegetação arbórea em área de domínio Mata Atlântica no interior do terreno

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA APROVAÇÃO DO PROJETO

- Projetos arquitetônico e hidrossanitário aprovados pelas Secretarias de Planejamento e de Saúde e Saneamento;
- Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), consoante com a Lei Municipal nº 2508/2005 e Decreto Municipal nº 5125/2008;
 - ☞ No PGRCC deverá constar: Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica; nome do transportador cadastrado pelo Município; Área receptora licenciada por Órgão Ambiental competente (identificando o número da licença e órgão emissor).
- Caso o empreendimento a ser implantado estiver na listagem das atividades sujeitas ao Licenciamento Ambiental, conforme Anexo VI da Resolução CONSEMA n. 098/2017, apresentar, nesta Secretaria, a **Licença Ambiental de Instalação** ou **Certidão de Conformidade Ambiental** emitidos pelo IMA – Instituto do Meio Ambiente;
- Caso houver necessidade de movimentação de terra, apresentar projeto de terraplanagem, acompanhada da anotação de responsabilidade técnica (ART ou RRT) e memorial descritivo, respeitando as áreas não edificantes e de vegetação existentes sem autorização para supressão. Essa movimentação de terra deve estar contemplada no Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil;
- Caso não houver necessidade de movimentação de terra, apresentar declaração que não haverá tal atividade, assinada pelo Responsável Técnico;
- Planta de Declividade do terreno indicando área superior a 30%, além do Levantamento Planialtimétrico Georreferenciado;
- Planta de situação e localização da obra pretendida indicando o recuo legal das margens do curso d'água, conforme Lei Federal Nº 12.651/2012;
- Planta de locação das árvores existentes no passeio público;
- Caso houver necessidade da demolição de obra existente, apresentar autorização da Secretaria de Planejamento Urbano juntamente com o Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil referente a esta demolição;
- Caso houver necessidade de Corte de Vegetação, apresentar autorização para supressão emitida pelo Órgão Ambiental competente (SEMAM ou IMA);
- Caso não houver necessidade de Corte de Vegetação, apresentar declaração que não haverá supressão assinada pelo Responsável;

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Todos os projetos deverão respeitar as diretrizes do Plano Diretor Municipal e a Legislação Ambiental em vigor;
- Este Parecer não exonera o Requerente do cumprimento de embargos, bem como quaisquer processos relativos à área em questão;
- **Este parecer não autoriza corte de vegetação;**
- Qualquer infração ao presente Parecer implicará no imediato embargo dos serviços e sujeitará o autor às sanções previstas na legislação vigente.

Balneário Camboriú, 27 de Julho de 2021.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9CAB-3DD9-109D-71CD

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CAMILA SARDI (CPF 050.XXX.XXX-58) em 27/07/2021 14:59:09 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/9CAB-3DD9-109D-71CD>